



A INTERDIÇÃO DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM FORMAÇÕES DISCURSIVAS IMAGÉTICAS: ESTRATÉGIAS PARA INCLUIR-EXCLUINDO

Rita de Cássia Rodrigues Oliveira¹

Introdução

A inclusão de pessoas com deficiência vem ganhando dispositivos legais ao longo dos anos. A Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, atualizada pela Lei 15.155 de 30 de junho de 2025, são exemplos disso. No âmbito educacional, também há legislações relevantes. Porém, a realidade de várias escolas públicas aponta que muitas estruturas e práticas pedagógicas ainda estão longe de contribuir para a inclusão, especialmente de estudantes com deficiência visual. Esse problema também se faz presente em alguns contextos de avaliações em larga escala, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O ENEM, através da Política de Acessibilidade e Inclusão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), oferece auxílios, recursos e benefício, conforme as solicitações dos candidatos. Em relação aos que declaram e comprovam ter deficiência visual, são oferecidos: auxílios leitor e transcritor, recursos de prova superampliada, prova em braile e sala de fácil acesso. Além disso, há o benefício de tempo adicional para cada dia de prova.

Nesse contexto, o presente trabalho apresenta um recorte da tese “*Ouvir ler o (in)visível*” (Oliveira, 2016), fruto de pesquisa de doutorado já finalizada. A investigação toma como base teórico-metodológica a Análise do Discurso Francesa (AD) para analisar as estratégias que o ENEM oferece na elaboração de questões com imagens para candidatos com deficiência visual e os processos que sustentam a interpretação dessas questões, tendo como objeto gestos de interpretação (Orlandi, 1996). Traçamos aqui três considerações referentes ao ENEM de 2013: a prova do leitor sem imagens, a persistência da escrita à tinta na prova em braile e o processo de substituição de questões.

Análise do Discurso

A pesquisa se serviu da AD ao adotar conceitos como forma-sujeito, silenciamento e a tensão entre paráfrase e polissemia. A noção de forma-sujeito cego para se referir aos candidatos com deficiência visual se aproxima de uma forma da qual todo ser social se reveste para ser agente de uma prática, é a constituição de indivíduos concretos em sujeitos, posição discursiva, é uma dissimulação de seu

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduada em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua como professora de Língua Portuguesa, Produção Textual e Literatura na Educação Básica (Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), nas redes públicas municipais de Macaé e Rio das Ostras (RJ).



assujeitamento ideológico sob aparência de autonomia, é a “existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (Althusser, 1973, p. 67). A política de silêncio, o silenciamento, permitiu perceber que há sentidos que são ou precisam ser silenciados, postos em silêncio, interditando o sujeito com deficiência visual em formações discursivas imagéticas. O silenciamento resulta não de um fazer calar, mas sim de uma forma de fazer dizer uma coisa para não deixar dizer outra. “O silêncio não se reduz à ausência de palavras. As palavras são cheias, ou melhor, são carregadas de silêncio” (Orlandi, 2007, p. 67). A relação entre paráfrase e polissemia, de acordo com Orlandi (1984) revela o próprio funcionamento da linguagem, o ‘já dito’ e o ‘a dizer’, e a essas duas noções Orlandi soma a de recorte como sendo a unidade do discurso.

Auxílio leitor e o silenciamento das imagens

Os leitores que auxiliam participantes com deficiência visual (cegueira ou baixa visão) contam com o apoio da Prova do Ledor, que não possui imagens; no lugar delas aparece uma descrição de imagens, doravante DI. Essa descrição tenta transpor para o verbal a forma específica de uma imagem. O leitor é orientado a transpor para o tátil ou para o verbal algo que seja imagético nas provas, auxiliando o entendimento das questões para o candidato com deficiência visual. Cabe ao leitor repetir o texto que consta na DI, pois não há como observar a imagem em sua materialidade específica. Como transpor para o tátil uma imagem sem ter acesso a ela?

Nesse ponto, pode-se pensar que o leitor então não interpreta, pois a descrição das imagens já vem verbalmente pronta. Ao ler a DI sem ter acesso à imagem, o leitor pode interpretar o que está escrito, mas não a imagem em si. A fronteira entre informar e interpretar é muito fluida e nos arriscamos a afirmar que é inexistente discursivamente. Em nossa perspectiva, qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromissos com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade (Orlandi, 1996, p. 14). Ainda que o leitor já receba a prova sem imagens, ele interpreta. Ele interpreta quando tenta desenhar nas mãos do candidato uma forma geométrica, por exemplo, tirando da palavra ‘retângulo’ a forma tátil ‘retângulo’ – e que difere em muito da forma geométrica à tinta. Interpreta quando traz uma entonação de voz diferente para propor uma percepção melhor de algum aspecto dito verbalmente. Como poderá o leitor ter acesso ao elemento imagético em sua forma específica se esse elemento está parafraseado pelo verbal? O silenciamento das imagens “limita os sujeitos no percurso dos sentidos” (Orlandi, 2007), impedindo que a imagem seja interpretada pelo leitor. Um curso de capacitação para leitores e transcritores oferecido pela Universidade de Brasília, em 2011, aponta que o leitor é “impedido de apoiar-se em referenciais gráficos ou do mundo visual para realizar sua atuação”. Esse impedimento, parece-nos uma interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas (Orlandi, 2007), ou seja, é porque se impede o sujeito leitor de ocupar certas posições que se proíbem certos sentidos. Impedindo o sujeito leitor de ocupar sua posição como alguém que visualiza o mundo com



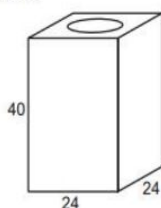
os olhos, também se impede que ele se apoie em seus referenciais imagéticos, e nesse ponto se impede a presença da imagem nas provas do leitor e todo o trabalho de interpretação de imagens que poderia existir aí. Desse modo, o leitor vai ocupar a posição de ser os olhos dos candidatos com deficiência visual, olhos impedidos de se apoiar no mundo imagético.

A prova em Braille e sua forma de incluir-excluindo

A prova em braille é uma prova transcrita segundo um código em relevo (o Braille ou braile) e pode ser acompanhada do auxílio leitor. Ao observarmos uma questão da Prova em Braille (PB) do ENEM de 2013, comparando-a com a da prova convencional da mesma edição do exame, percebemos a transposição de uma imagem para o braille de maneira fundamentada no visual, e não no tátil. Um exemplo dessa transposição é a que destacamos na próxima imagem, na qual a forma geométrica de um paralelepípedo não pode ser tocada pelo candidato com deficiência visual, pode ser vista apenas com os olhos. Mesmo que na PB o paralelepípedo esteja desenhado com os pontos que representam o relevo do código braille, as linhas no plano não são percebidas como no tridimensional. Na impossibilidade técnica de trazer para esta discussão algumas páginas em braille, decidimos tirar fotos de alguns detalhes da PB, ainda que o tenhamos feito muito ‘desconfortavelmente’. De forma alguma pensamos que o braille conduz a um gesto de interpretação visual; o braille é tátil.

QUESTÃO 168

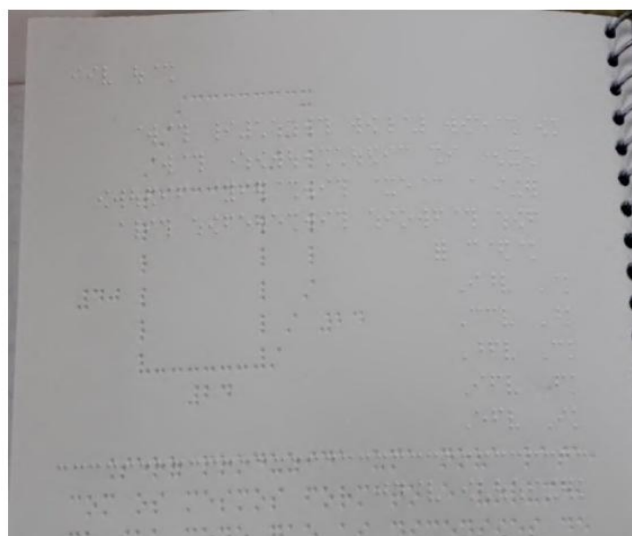
Uma lata de tinta, com a forma de um paralelepípedo retangular reto, tem as dimensões, em centímetros, mostradas na figura.



Será produzida uma nova lata, com os mesmos formato e volume, de tal modo que as dimensões de sua base sejam 25% maiores que as da lata atual.

Para obter a altura da nova lata, a altura da lata atual deve ser reduzida em

- A 14,4%
- B 20,0%
- C 32,0%
- D 36,0%**
- E 64,0%



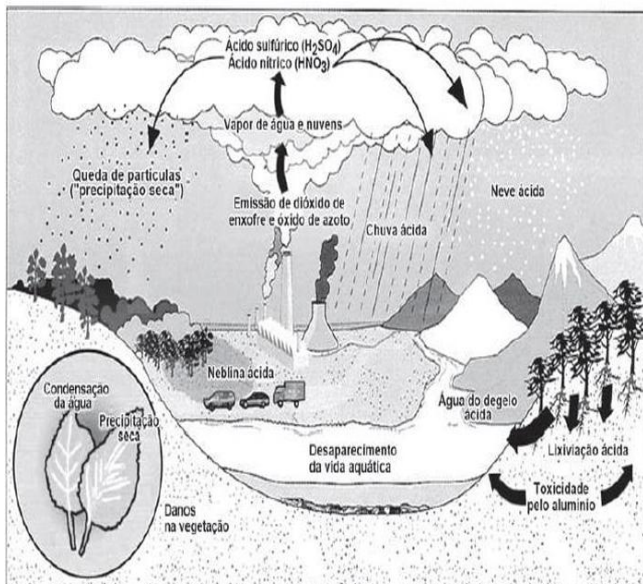
Fonte: Oliveira (2016, p. 86)

Isso também pode acontecer se o professor levar para a sala de aula um sólido geométrico, mas se prender somente no aspecto visual desse sólido, sem considerar sua parte tocável, Tateável, vista com as mãos. Desse modo, a PB da edição de 2013 do ENEM foi, em alguns aspectos, elaborada de acordo com parâmetros do mundo visual de quem enxerga com os olhos, e não do mundo tátil de quem enxerga com as

mãos. O candidato com deficiência visual ficou interditado em seu percurso interpretativo ao não poder reconhecer a imagem do paralelepípedo por si, utilizando o braile.

Substituição de questão e o controle externo de exclusão

A seguir há duas questões de número 38. A questão da esquerda consta na prova do ENEM 2013 que é direcionada para a maioria dos candidatos. A questão da direita está na prova em braile e na prova do leitor para candidatos com deficiência visual, e é uma questão substituta em relação à da esquerda.

Questão 38 – ENEM 2013	Questão 38 - Substituição para candidatos com deficiência visual
QUESTÃO 38  Disponível em: http://blog.ig.com.br. Acesso em: 23 ago. 2011 (adaptado). No esquema, o problema atmosférico relacionado ao ciclo da água acentuou-se após as revoluções industriais. Uma consequência direta desse problema está na ☒ A) redução da flora. ☐ B) elevação das marés. ☐ C) erosão das encostas. ☐ D) laterização dos solos. ☐ E) fragmentação das rochas.	QUESTÃO 38 - SUBSTITUÍDA Considere o trecho da canção <i>Minha alma</i>, de Marcelo Yuca: As grades do condomínio São pra trazer proteção Mas também trazem a dúvida Se é você que está nessa prisão Que processo sócio-espacial característico das grandes metrópoles brasileiras é criticado neste trecho de canção? A) Criação de espaços de autoss segregação. B) Expansão das áreas das favelas. C) Degradação do sistema de circulação. D) Ocupação irregular do espaço urbano. E) Aceleração da urbanização.

Fonte: Oliveira (2016, p.116)

Como é possível observar, cada uma das questões acima trata de temas diferentes, não havendo uma correspondência de conteúdo ou de temática entre elas e, por isso, não percebemos equivalência em termos pedagógicos que justifiquem tal substituição. É possível evidenciar que ambas as questões pertencem à área de 'Geografia', mas os objetivos pedagógicos e conteúdos se mostram diferentes. Essa substituição nos faz pensar: e se fôssemos realizar uma DI do esquema dessa questão, por onde começaríamos a descrevê-lo? A percepção de uma imagem não é linear, logo, uma descrição de tal



esquema não dá conta de todas as relações que estão presentes nele de modo simultâneo. A imagem não traz em si um trajeto de leitura, e o verbal não pode ser moeda de troca da imagem, pois ela vale pelo que é (Souza, 1998). Essa relação de simultaneidade ao ver uma imagem, quando for transcodificada para o verbal, passa a ser uma sequência ordenada e linear em que a noção de simultaneidade não fica estabelecida.

Considerando essa linha de raciocínio, podemos questionar se é uma atitude inclusiva tentar descrever tal esquema. Por que não adotar a questão substituta como válida para todos os candidatos? Sobre o procedimento de substituir uma questão com imagem por uma sem imagem, entendemos como um equívoco, um desliz, uma contradição que se dá no controle da produção do discurso estabelecido pelo ENEM. Um controle externo de exclusão (Foucault, 1971), que interdita, que julga se a palavra é permitida ou proibida e que dita se é possível falar de tudo em qualquer circunstância. O que está em jogo não é a transparência de uma substituição, mas a opacidade pela exclusão da imagem, exclusão do elemento cuja identificação não se daria por parte de um candidato com deficiência visual e, embutida nessa exclusão, está a formação ideológica que coloca o ato de enxergar como exclusivo aos olhos. Gera-se então uma segregação do olhar, que ficando exclusivo aos olhos, é reduzido. Por consequência, rejeita-se a imagem como se o olhar sobre ela só fosse possível com os olhos e, institucionalmente, temos estabelecido uma ‘verdade’ do olhar.

Considerações finais

O ENEM para o candidato com deficiência visual pretende ser uma prova inclusiva, mas observamos que os parâmetros para elaboração de questões aplicadas a esses candidatos são originados do olhar de quem vê com os olhos, residindo aí uma segregação do olhar e uma redução desse gesto. Entra em cena todo o controle na produção dos discursos, controle externo de exclusão instituído pelo Estado e reforçado por várias ‘verdades’ sociais. A estratégia de DI estabeleceu um apagamento da visualidade da imagem, de seus traços de existência específicos. A imagem ficou assim censurada e, por consequência dessa censura, houve interdição dos sujeitos para elaboração histórica de sentidos, ou seja, o sujeito com deficiência visual pode identificar-se como um sujeito sem deficiência visual e, por deslizamento, como um sujeito não-excluído nas provas do ENEM. Rejeita-se a imagem como se o olhar sobre ela só fosse possível com os olhos e, institucionalmente, tem-se estabelecido a ‘verdade’ do olhar. Verdade essa que se impõe e delimita quais são os recursos e auxílios que são pertinentes aos candidatos com deficiência visual, e não quais são os de que esses candidatos realmente necessitam. São estratégias de inclusão que podem incluir-excluindo.



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Réponde à John Lewis**. Paris: Maspero, 1973. [Edição em português: Posições I. Rio de Janeiro, Graal, 1978].

FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Leçon inaugurale au College de France, 1970. Paris: Gallimard, 1971.

OLIVEIRA, R. C. R. Ouvir ler o (in)visível. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NL9TtHgkTvellerAWMB2uutCAyznV32Au/view>

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. **Linguística**: questões e controvérsias, Uberaba, p. 9-26, 1984.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. 6 .ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SOUZA, T. C. C. Discurso e Imagem: perspectivas de análise do não verbal. **Ciberlegenda**, n. 1, 1998. Disponível em: www.uff.br/mestcii/tania.htm.